

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PANORAMA ECONÔMICO E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

A conjuntura econômica internacional exibiu ao longo de 2011 e no primeiro semestre de 2012 indicadores que sinalizaram uma situação econômica mundial fraca, onde vem se observando certa fragilidade da economia europeia.

No Brasil, a atividade econômica também apresentou um crescimento abaixo do esperado, mas os sinais de recuperação econômica começam a aparecer. A baixa taxa de desemprego, a expansão da massa salarial, a disponibilidade de crédito, bem como a estabilidade monetária continuam sendo fatores determinantes para crescimento.

Acredita-se que ao longo da segunda etapa do ano, o processo de reaceleração se consolidará na economia brasileira e se estenderá para o ano de 2013, quando poderemos observar o crescimento do PIB voltando para o patamar histórico de 4,5% ao ano.

As perspectivas econômicas brasileiras para 2012 se deterioraram ao longo do primeiro semestre do ano, mas continuam positivas e indicando certa recuperação. Ao final do ano de 2012 deve-se observar um crescimento do PIB por volta de 2%, a taxa de juros básica da economia brasileira atingirá um nível abaixo de 8% ao ano e a inflação medida pelo IPCA convergirá para o centro da meta governamental de 4,5% ao ano.

Assim, considerando ainda a manutenção do atual nível de emprego, a continuidade do ganho de massa salarial e, consequentemente, o contínuo crescimento da demanda interna, bem como uma melhora, mesmo que marginal, no ambiente internacional, a administração do Banco Fidis acredita em um cenário positivo para a Instituição e que existirá adequadas oportunidades de negócios no Sistema Financeiro Nacional.

### A EMPRESA

O Banco Fidis S/A, constituído sobre a forma de banco múltiplo (carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimentos e arrendamento mercantil), tem como último acionista de referência a Fiat S.p.A., da Itália, e tem como missão suprir às necessidades financeiras das redes de concessionárias Fiat, Iveco e Chrysler, notadamente por meio do financiamento dos estoques (floor-plan) e de linhas para capital de giro. Além do financiamento às concessionárias, o Banco Fidis oferece, através de suas Unidades de Negócios *Iveco Capital* e *Chrysler Group Financial Services*, linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Iveco e pela Chrysler (repasse BNDES, CDC, Leasing e financiamentos de capital fixo).

### DESEMPENHO ECONÔMICO

A receita de intermediação financeira do Banco Fidis no primeiro semestre de 2012 foi de R\$275,3 milhões, um crescimento de 11,91% em relação a igual período de 2011, com elevação de 23,1% em operações de crédito.

Apesar de o lucro líquido do primeiro semestre de 2012 ter sido de R\$24,2 milhões, inferior em 22,6% em relação ao lucro líquido do primeiro semestre do ano anterior, embora este tenha sido impactado diretamente pelos reflexos da consolidação da anistia proporcionados pela Lei nº 11.941/09, notadamente pelo tratamento fiscal aplicável à matéria, o resultado antes da tributação sobre o lucro e participações do período findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$41,2 milhões, ou seja, 58,1% maior do que igual período do exercício de 2011.

### OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Fidis, atendendo ao disposto na Resolu-

ção 3.849, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Fidis mantém uma estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos aderente às exigências da Resolução 3.467 do Banco Central do Brasil e no Decreto Lei italiano 231. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as áreas de Compliance, Auditoria Interna do Banco Fidis, Auditoria Interna Fiat SpA - Fiat Revi, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461.

Seguindo os padrões adotados pelo Grupo Fiat, o Banco Fidis efetua anualmente avaliações de riscos e testes de controles ICFR (Internal Control Over Financial Reporting), objetivando garantir os processos de Contabilidade e Reporting.

### AGRADECIMENTOS

O Banco Fidis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do semestre.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011			
(Em milhares de reais - R\$)			
ATIVO		PASSIVO	
	<b>30.06.12</b>	<b>30.06.11</b>	
<b>Circulante</b>	<b>4.075.905</b>	<b>3.647.935</b>	<b>30.06.12</b>
Disponibilidades	49.138	90.475	<b>30.06.11</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	330.324	157.494	<b>2.340.323</b>
Aplicações no mercado aberto	330.324	157.494	<b>1.849.236</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)</b>	<b>48.899</b>	-	<b>1.700.952</b>
Carteira própria	48.894	-	992.538
Diferencial a receber	5	-	1.471.174
<b>Operações de crédito (Nota 6)</b>	<b>3.517.225</b>	<b>3.339.161</b>	856.698
Operações de crédito - setor privado	3.593.677	3.391.032	229.778
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(76.452)	(51.871)	<b>283.718</b>
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)</b>	<b>(3.376)</b>	<b>(1.667)</b>	380.476
Arrendamentos a receber	14.600	18.535	<b>1.628</b>
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(14.165)	(17.997)	<b>4.294</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(3.811)	(2.205)	<b>108.983</b>
<b>Outros créditos (Nota 7)</b>	<b>122.364</b>	<b>52.536</b>	<b>108.983</b>
Rendas a receber	448	881	2.613
Diversos	121.916	51.655	213
<b>Outros valores e bens</b>	<b>11.331</b>	<b>9.936</b>	267
Outros valores e bens	11.257	9.895	322
Despesas antecipadas	74	41	9.866
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.257.760</b>	<b>1.162.820</b>	96.237
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)</b>	<b>82.246</b>	<b>86.809</b>	<b>2.550.267</b>
Carteira própria	82.219	86.655	<b>2.431.829</b>
Diferencial a receber	27	154	<b>1.479.552</b>
<b>Operações de crédito (Nota 6)</b>	<b>1.040.827</b>	<b>917.383</b>	<b>1.601.380</b>
Operações de crédito - setor privado	1.080.319	939.368	956.529
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(39.492)	(21.985)	523.023
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)</b>	<b>(1.191)</b>	<b>(1.333)</b>	<b>205.028</b>
Arrendamentos a receber	12.810	26.340	-
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(12.810)	(26.340)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6.d)	(1.191)	(1.333)	-
<b>Outros créditos (Nota 7)</b>	<b>135.878</b>	<b>159.961</b>	<b>804.927</b>
Diversos	135.878	159.961	755.136
<b>Permanente</b>	<b>35.563</b>	<b>45.074</b>	<b>4.796</b>
Investimentos	518	247	-
Investimentos	518	247	-
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>2.819</b>	<b>2.346</b>	<b>4.796</b>
Outras imobilizações de uso	3.902	3.116	4.796
Depreciação acumulada	(1.083)	(770)	55.964
<b>Imobilizado de arrendamento (Nota 8)</b>	<b>26.881</b>	<b>40.856</b>	43.815
Bens arrendados	42.266	54.774	12.149
Depreciação acumulada	(30.697)	(26.356)	60.054
Superveniência de depreciação	15.312	12.438	15.259
<b>Diferido</b>	<b>4.684</b>	<b>1.270</b>	<b>9.670</b>
Gastos pré-operacionais	2.127	1.427	9.670
Amortização acumulada	(825)	(157)	6.649
Perdas em arrendamentos a amortizar	5.767	-	6.649
Amortização perdas diferidas	(2.385)	-	6.649
<b>Intangível</b>	<b>661</b>	<b>355</b>	<b>468.968</b>
Ativos intangíveis	806	408	428.661
Amortização acumulada	(145)	(53)	107.165
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.369.228</b>	<b>4.855.829</b>	<b>409.364</b>
			362.444
			107.165
			90.611
			271.833
			20.384
			17.254
			(3.079)
			(65)
			23.002
			29.731
			<b>5.369.228</b>
			<b>4.855.829</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011		
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)		
	30.06.12	30.06.11
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>275.283</b>	<b>245.996</b>
Operações de crédito	238.431	193.704
Operações de arrendamento mercantil	10.079	11.434
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	26.773	40.858
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(206.157)</b>	<b>(194.965)</b>
Operações de captação no mercado	(144.230)	(143.442)
Operações de arrendamento mercantil	(6.715)	(7.990)
Empréstimos, cessões e repasses	(31.881)	(19.708)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.D)	(23.331)	(23.825)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>69.126</b>	<b>51.031</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(27.185)</b>	<b>(24.611)</b>
Receitas de prestação de serviços	536	496
Receitas com cobrança de tarifas	1.309	1.254
Despesas de pessoal	(5.659)	(4.035)
Outras despesas administrativas (Nota 16.A)	(21.356)	(17.372)
Despesas tributárias	(5.611)	(4.652)
Outras receitas operacionais (Nota 16.B)	16.824	16.759
Outras despesas operacionais (Nota 16.C)	(13.048)	(17.061)
<b>Resultado operacional</b>	<b>41.941</b>	<b>26.420</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(781)</b>	<b>(386)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>41.160</b>	<b>26.034</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)</b>	<b>(16.349)</b>	<b>5.677</b>
<b>Participações dos empregados nos lucros</b>	<b>(599)</b>	<b>(415)</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>24.212</b>	<b>31.296</b>
<b>Lucro líquido do semestre por ação do capital social - R\$</b>	<b>0,04</b>	<b>0,06</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011		
(Em milhares de reais - R\$)		
	30.06.12	30.06.11
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do semestre	24.212	31.296
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	23.337	23.825
Baixas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(6)	(11.707)
Depreciações e amortizações	2.458	438
Depreciações de bens de arrendamento mercantil	6.584	7.155
Superveniência de depreciação, líquida (Nota 8)	(2.462)	(2.992)
Superveniência de contratos baixados para prejuízo	-	435
Perda na alienação de bens não de uso próprio	723	374
Perda (ganho) na alienação de imobilizado de uso	1	(7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	8.113	(5.677)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 12)	8.236	-
Constituição (reversão) líquida da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Notas 13.a, 13.b, 16.c)	1.027	(56.454)
(Atualização) monetária de depósitos judiciais (Notas 16.b, 17.b)	(724)	4.196
Baixa de depósitos judiciais (Nota 7.2)	4.860	-
Ganhos auferidos na liquidação de passivos contingentes - Lei 11.941/09 (Nota 17.a)	-	(44.239)
Varição das cotas do investimento permanente	23	7
	76.382	(53.350)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
TVM e instrumentos financeiros derivativos	(7.694)	(2.860)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	97.342	(788.325)
Outros créditos	(62.069)	(33.131)
Outros valores e bens	(6.230)	(4.696)
Baixa de imobilizado de arrendamento, depreciação e superveniência de contratos encerrados	168	996
Diferido - perdas líquidas de operações de arrendamento encerradas	(1.248)	-
	20.269	(828.016)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Depósitos	(93.965)	324.852
Obrigações por recursos de letras financeiras	205.028	-
Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	4.787	211.403
Instrumentos financeiros derivativos	3.553	(422)
Outras obrigações	67.372	38.346
Resultado de exercícios futuros	1.295	1.439
	188.070	575.618
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>284.721</b>	<b>(305.748)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de investimento permanente	(200)	(125)
Alienação de imobilizado de uso	114	153
Aquisição de imobilizado de uso	(516)	(1.967)
Alienação de bens não de uso próprio (garantias de operações de crédito tomadas por inadimplência)	2.555	2.510
Aquisição de diferido - benéficas em imóveis de terceiros	(612)	-
Aquisição de ativos intangíveis	(217)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>1.124</b>	<b>571</b>
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>285.845</b>	<b>(305.177)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do semestre:	4.804	88.154
Disponibilidades	88.813	464.992
Aplicações em depósitos interfinanceiros	93.617	553.146
No fim do semestre:	49.138	90.475
Disponibilidades	330.324	157.494
Aplicações em depósitos interfinanceiros	379.462	247.969
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>285.845</b>	<b>(305.177)</b>
<b>Informações adicionais:</b>		
Juros pagos durante o semestre:		
Sobre impostos e contribuições	2	251
Imposto de renda e contribuição social		
pagos durante o semestre	7.637	4.542

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011							
(Em milhares de reais - R\$)							
	Capital social	Aumento de capital	Expansão	Reserva de lucros Especial	Legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>321.680</b>	<b>15.581</b>	<b>7.000</b>	<b>25.183</b>	<b>8.689</b>	<b>229</b>	<b>-</b>
Aumento de capital (Nota 15):							
Ações ordinárias - País	3.895	2.401	-	(6.296)	-	-	-
Ações ordinárias - Exterior	11.686	7.201	-	(18.887)	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	-	(294)	(294)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	31.296
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	-	1.565	-	(1.565)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2011</b>	<b>337.261</b>	<b>25.183</b>	<b>7.000</b>	<b>10.254</b>	<b>-</b>	<b>(65)</b>	<b>29.731</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>337.261</b>	<b>25.183</b>	<b>7.000</b>	<b>66.217</b>	<b>12.174</b>	<b>(1.153)</b>	<b>-</b>
Aumento de capital (Nota 15):							
Ações ordinárias - País	22.850	(6.296)	-	(16.554)	-	-	-
Ações ordinárias - Exterior	68.550	(18.887)	-	(49.663)	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	-	(1.926)	(1.926)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	24.212
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	-	1.210	-	(1.210)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2012</b>	<b>428.661</b>	<b>-</b>	<b>7.000</b>	<b>13.384</b>	<b>-</b>	<b>(3.079)</b>	<b>23.002</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011					
(Em milhares de reais - R\$)					
	30.06.12	30.06.11		30.06.12	30.06.11
<b>Receitas</b>	<b>275.283</b>	<b>245.996</b>	Benefícios	1.060	653
Intermediação financeira</					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.629/09, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "HH" (risco máximo - perda).  
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "HH" permanecem nesta classificação por no máximo seis meses. As operações baixadas contra a provisão existente passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**h) Provisão para a contribuição social:** Ato calculado levando-se em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis antes do imposto de renda.  
**i) Arrendamento mercantil:** As depreciações sobre os bens arrendados são contabilizadas mensalmente de forma linear com base em sua respectiva vida útil. Os valores residuais garantidos são registrados na rubrica "valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil dos arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento, valores residuais recebidos antecipadamente e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, calculado pelas respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superavaliação ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são contabilizados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

**j) Depósitos e obrigações por repasses:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".  
**k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.  
**l) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando possível, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas durante o período.

**4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**  
Carteira própria:  
LFT - Letras Financeiras do Tesouro 58.006 40.000  
LTN - Letras do Tesouro Nacional 272.318  
NTN - Notas do Tesouro Nacional 330.324 157.494

**5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**  
**a) Títulos e valores mobiliários:** composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado:  
**30.06.12 30.06.11**  
Títulos disponíveis para venda  
Custo corrigido Valor de mercado Ajuste ao valor de mercado Custo corrigido Valor de mercado Ajuste ao valor de mercado  
LFT - Letras Financeiras do Tesouro 131.349 131.113 (236) 4.491 4.490 (1)  
NTN - Notas do Tesouro Nacional 82.599 81.909 (690)  
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (\*) 256 256 -  
Total 131.349 131.113 (236) 87.346 86.655 (691)

**b) Títulos e valores mobiliários:** composição por prazo de vencimento:  
**30.06.12 30.06.11**  
Até 1 ano De 1 a 3 anos Acima de 3 anos Circulante Longo prazo  
30.06.12 48.894 82.219 131.113 48.894 82.219  
30.06.11 40.836 86.655 - - 86.655

**c) Instrumentos financeiros derivativos (Swap):**  
**30.06.12 30.06.11**  
Valor referencial Valor a receber Valor de mercado Ajuste ao valor de mercado  
Contratos de swaps (Conta de compensação) (a pagar) (6.392) (4.895)  
Ativo em DJ, Passivo Pré 156.500 - - - 583  
Passivo circulante 1.628 - - - (4.294)  
Exigível a longo prazo - - - - (4.796)  
Ativo circulante - - - - 5  
Realizável a longo prazo - - - - 27

**d) Movimentações da reserva dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários:**  
**30.06.12 30.06.11**  
Títulos e valores mobiliários  
Saldo da reserva do valor justo no início do semestre (1.432) (490) (1.430)  
Perdas apropriadas no resultado do semestre (\*) (1.430) (1.430)  
Variações do valor justo no patrimônio líquido 254 (1.430) 254  
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre (4.895) (236) (5.131)  
Efeitos de imposto de renda e contribuição social (Nota 7.1) 1.958 94 2.052  
Ajuste de avaliação patrimonial (2.937) (142) (3.079)

**6. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**  
**a) Carteira de créditos:**  
**30.06.12 30.06.11**  
Empréstimos e títulos descontados 410.923 440.150  
Financiamentos 4.263.073 3.890.250  
Subtotal operações de crédito 4.673.996 4.330.400  
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8) 24.385 36.892  
Total 4.698.381 4.367.292  
Operações de crédito - Circulante 3.593.677 3.391.032  
Operações de crédito - Realizável a longo prazo 1.080.319 939.368  
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8) 24.385 36.892  
Total 4.698.381 4.367.292

**b) Composição da carteira de créditos por prazo de vencimento:**  
**30.06.12 30.06.11**  
Vencidos:  
Até 14 dias 5.178 6.579 0,11 0,05  
De 15 a 60 dias 15.830 1.941 0,34 0,15  
De 61 a 180 dias 9.342 9.748 0,20 0,22  
De 181 a 365 dias 7.962 3.709 0,17 0,08  
Acima de 365 dias 10.083 2.024 0,21 0,05  
Total 48.399 23.901 1,03 0,55

**A vencer**  
Até 180 dias 3.223.694 3.109.517 68,61 71,20  
De 181 a 365 dias 3.335.686 2.743.515 71,14 62,28  
Acima de 365 dias 1.090.602 959.559 23,22 21,97  
Total 4.649.982 4.812.591 98,97 99,45  
Total geral 4.698.381 4.367.292 100,00 100,00  
Circulante 3.607.779 3.407.733 76,79 78,03  
Longo prazo 1.090.602 959.559 23,21 21,97

**c) Concentração do risco de crédito:**  
**30.06.12 30.06.11**  
10 maiores clientes 691.143 687.636 14,72 15,74  
10 seguintes maiores clientes 1.196.350 1.197.350 25,47 27,42  
100 seguintes maiores clientes 926.212 902.370 19,71 20,66  
Demais clientes 1.884.276 1.579.936 40,10 36,18  
Total 4.698.381 4.367.292 100,00 100,00

**Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:**  
**30.06.12 30.06.11**  
Saldo no início do semestre 40.085 60.576  
Constituição 30.867 24.448  
Baixas contra a provisão (6) (12.330)  
Saldo no final do semestre 170.946 72.694  
Circulante 80.263 24.076  
Realizável a longo prazo 40.683 23.318

**Classificação do risco**  
**30.06.12 30.06.11**  
Setor Privado  
Nível AA Nível A Nível B Nível C Nível D Nível E Nível F Nível G Nível H Total  
Indústria 214.468 1.741 382 130 90 29 3.262 221.733  
Isonomia da CSLL 1.071.591 1.022.019 411.894 49.158 14.036 1.868 796 521 25.596 2.657.485  
Serviços 327.809 681.562 458.448 113.562 7.507 3.187 916 290 14.208 1.627.489  
Pessoa Física 165.307 5.453 7.230 3.001 801 363 - 10.079 192.234  
Subtotal 1.399.404 2.143.356 877.532 170.332 24.674 5.946 2.077 811 74.245 4.698.381  
Provisão (17.147) (14.040) (8.120) (3.948) (1.784) (1.038) (568) (74.243) (120.946)  
Total 1.399.404 2.126.209 869.496 166.156 20.766 4.162 1.039 243 - 4.577.435

**Setor Privado**  
Nível AA Nível A Nível B Nível C Nível D Nível E Nível F Nível G Nível H Total  
Indústria 242.648 1.044 574 58 - 288 2.736 247.348  
Comércio 1.035.764 1.015.754 370.144 56.262 16.181 1.354 958 510 7.295 2.504.222  
Serviços 220.087 685.171 481.009 38.958 8.235 5.195 2.571 719 19.613 1.461.558  
Pessoa Física 165.307 5.453 7.230 3.001 801 363 - 10.079 192.234  
Subtotal 1.255.851 2.084.052 855.315 100.733 25.728 7.342 3.814 1.614 32.843 4.367.292  
Provisão (16.625) (13.685) (8.485) (4.116) (2.203) (1.907) (1.130) (32.843) (77.294)  
Total 1.255.851 2.067.377 841.630 95.898 21.612 5.130 1.907 484 - 4.289.998

**Outros Créditos**  
**30.06.12 30.06.11**  
Créditos tributários (Nota 7.1) 120.599 137.790  
Devedores por depósitos em garantia (Nota 7.2) 46.976 46.400  
Impostos e contribuições a pagar (Nota 7.3) 7.990 5.352  
Valores a receber de sociedade ligada (Nota 11) (\*) 27.239 17.710  
Outros (\*) 55.438 5.245  
Total 258.242 212.497  
Circulante 122.364 52.336  
Realizável a longo prazo 135.878 159.961

**2.1. Créditos tributários**  
**a) Demonstrativo da natureza e origem do crédito tributário:**  
**2012**  
**31.12.11 Constituição Realização 30.06.12**  
IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado  
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d) 36.034 12.344 - 48.378  
Provisão para riscos fiscais (Nota 13.a) 12.873 352 (6.961) 6.264  
Provisão para riscos trabalhistas (Nota 13.b) 2.757 823 (936) 2.644  
Provisão para riscos trabalhistas (Nota 13.b) 1.068 27 (52) 1.043  
Créditos amortizados baixados para prejuízo 10.059 - - (10.059)  
Atualização de depósitos judiciais (1.011) (290) - (1.301)  
Outros 3.972 2.125 (11.527) 4.570  
Total 65.752 15.381 (1.955) 61.598  
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social IR e CS diferidos ativos refletidos no patrimônio líquido 60.899 - - (3.950) 56.949

**IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado**  
Ajuste a valor de mercado - Derivativos (Nota 5.d) 573 1.385 1.958  
Ajuste a valor de mercado - TVM (Nota 5.d) 186 94 (102) 94  
Total 769 1.385 (102) 2.052  
Total de IR e CS diferidos ativos 127.420 16.766 (23.587) 120.599  
IR e CS diferidos passivos refletidos no resultado  
Superavaliação de depreciação (2.470) (748) - (3.218)  
Total de IR e CS diferidos passivos refletidos no patrimônio líquido (2.470) (748) - (3.218)  
Ajuste a valor de mercado - Derivativos (Nota 5.d) (3.311) 98 (3.311)  
Ajuste a valor de mercado - TVM (Nota 5.d) (2.801) (748) 98 (3.311)  
Total geral dos créditos tributários ativos, líquido do passivo 123.491 63.702 (26.318) 116.661

**2.2. Devedores por depósitos em garantias**  
Refer-se a questionamentos judiciais de ordem tributária, cível e trabalhista "sub judice". Os eventuais passivos contingentes correspondentes a estas causas estão provisionados e classificados nas rubricas "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" e "Outras obrigações diversas - provisão para passivos contingentes".  
No semestre findo em 30 de junho de 2012, o Banco concluiu o processo de revisão dos status dos processos cíveis e trabalhistas e bases dos depósitos judiciais quando então foi realizada a baixa para o resultado de depósitos cíveis e trabalhistas nos montantes de R\$3.980 e R\$880, respectivamente, conforme nota explicativa nº 16.c.

**2.3. Impostos e contribuições a pagar**  
Comprende, substancialmente, antecipações de imposto de renda e contribuição social efetuadas de acordo com a legislação vigente.

**3. Imobilizado de Arrendamento e Operações de Arrendamento Mercantil**  
**30.06.12 30.06.11**  
Imobilizado de arrendamento 42.266 54.774  
Depreciação acumulada (26.350) (26.350)  
Superavaliação de depreciação, líquida 15.312 12.438  
Total de imobilizado em arrendamento 26.887 40.856  
Arrendamentos a receber - setor privado 27.675 44.875  
Receitas a apropriar de arrendamentos a receber (60.797) (44.337)  
Valores residuais a realizar 5.531 6.302  
Valores residuais a balancear (5.531) (6.302)  
Credores por antecipação de contraprestações (Nota 13.b) (350) (1.838)  
Credores por antecipação de valor residual (Nota 13.b) (2.931) (2.564)  
Total 24.385 36.892

**4. Depósitos e Letras Financeiras**  
**Composição da carteira:**  
**30.06.12 30.06.11**  
Depósitos a prazo 6.646.321 2.132.656  
Ligadas (Nota 11) 10.282 361.339  
Não ligadas 1.379.721 808.337  
Letras financeiras: 99 205.028  
Não ligadas 99 205.028  
Total 3.533.816 3.302.332

**5. Obrigações por Repasses do País**  
**2012**  
**Até 3 meses De 3 a 12 meses Acima de 12 meses Total 30.06.12**  
Operação pré-fixada 55.469 162.417 435.229 635.112  
Operação pós-fixada 41.704 120.886 369.698 532.288  
Circulante 97.173 283.303 804.927 1.185.404  
Exigível a longo prazo - - 804.927 804.927

**2011**  
**Até 3 meses De 3 a 12 meses Acima de 12 meses Total 30.06.11**  
Operação pré-fixada 49.333 149.581 531.233 750.147  
Operação pós-fixada 19.816 64.988 203.903 288.707  
Circulante 69.149 214.569 755.136 1.038.854  
Exigível a longo prazo 69.149 214.569 755.136 1.038.854

O Banco trabalha com os seguintes programas / linhas de financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social:  
• BNDES Pro-caminhão: linha de financiamento destinada a empresários individuais e micro empresas sob controle de capital nacional do segmento de transporte de cargas e transportadores autônomos e domiciliados no país. O percentual máximo de financiamento das operações é de 90% com prazo de carência para o principal de 3 ou 6 meses e com pagamentos trimestrais de juros na carência e prestações mensais com taxas de juros fixa de 7% ao ano ou taxa de juros variável atrelada a TJLP.  
• BNDES PSI: linha de financiamento destinada a pessoas jurídicas sob controle de capital nacional para aquisição de caminhões e ônibus de fabricação nacional. O percentual de financiamento para micro, pequenas e médias empresas é de 80% e 90% do valor do bem e para empresas de grande porte é de 70% a 90%, tendo prazo de carência para o principal de 3 ou 6 meses e com pagamentos trimestrais de juros na carência e prestações mensais com taxa de juros fixa de 10% ao ano;  
• BNDES Fime: linha de financiamento destinada para pessoas jurídicas sob o controle de capital nacional e para transportadores autônomos de cargas residentes de domiciliados no país para aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional credenciados no BNDES. Este programa possui prazo de carência para o principal de até 6 meses e com pagamentos trimestrais de juros na carência e prestações mensais de taxa de juros variável atrelada a TJLP.

**5.1. Principais Saldos e Transações com Partes Relacionadas**  
**30.06.12**  
**Fiat Iveco Latin Fiat do Grupo Fiat Outras empresas Pessol**  
**S.A. América Latina, Brasil S.A. do Grupo Fiat Administração Total**  
Ativo:  
Outros créditos - Diversos (Nota 7) 19.984 6.451 - 804 - 27.239  
19.984 6.451 - 804 - 27.239  
Passivo:  
Depósitos a prazo (Nota 9) (1.479.825) (158.493) - (8.003) - (1.646.321)  
Outras obrigações - Diversas (Nota 13.b) (2.941) - (180) (161) - (3.282)  
Créditos curto prazo a administradoras:  
Ordenados, férias e 13º salário - - - - (287) (287)  
Total (1.482.766) (158.493) (180) (8.164) (287) (1.649.890)

**Recargas:**  
Recargas de equalização - Rede (\*) 96.468 18.623 - 5.239 - 120.330  
96.468 18.623 - 5.239 - 120.330  
**Despesas:**  
Depósitos a prazo (45.993) (6.187) (409) (450) - (53.099)  
Outras despesas administrativas (Nota 16.a) 3.000 - - (948) (4,270) -  
Outras despesas operacionais (Nota 16.c) (3.000) - - (948) - (3.000)  
Benefícios curto prazo a administradoras:  
Ordenados, férias e 13º salário - - - - (730) (730)  
Prêmios, gratificações e participações - - - - (43) (43)  
Previdência e assistência médica - - - - (43) (43)  
Total (48.993) (6.187) (1.357) (4,270) (1.102) (62,359)

**30.06.11**  
**Fiat Iveco Latin Fiat do Grupo Fiat Outras empresas Pessol**  
**S.A. América Latina, Brasil S.A. do Grupo Fiat Administração Total**  
Ativo:  
Outros créditos - Diversos (Nota 7) 15.083 2.627 - - - 17.710  
15.083 2.627 - - - 17.710  
Passivo:  
Depósitos a prazo (Nota 9) (2.044.062) (53.779) (26.201) (8,614) - (2.132.656)  
Outras obrigações - Diversas (Nota 13.b) (2.822) - (139) (148) - (3.109)  
Total (2.046.884) (53,779) (26,340) (8,762) - (2,135,625)  
**Recargas:**  
Recargas de equalização - Rede (\*) 80.102 15.443 - 1.946 - 97.491  
Recarga de aplicação em depósitos interfinanceiros - - - 2 - 2  
Total 80.102 15.443 - 1,948 - 97,493

**Despesas:**  
Depósitos a prazo (83.039) (315) (1,478) (558) - (85,390)  
Outras despesas administrativas (Nota 16.a) - - - (806) (3,789) -  
Benefícios curto prazo a administradoras:  
Ordenados, férias e 13º salário - - - - (616) (616)  
Prêmios, gratificações e participações - - - - (265) (265)  
Previdência e assistência médica (83.039) (315) (2,284) (4,347) (102) (90,909)

**30.06.12 30.06.11**  
**Sem vencimento Até 3 meses De 3 a 12 meses Acima de 12 meses Total 30.06.12**  
Depósitos a prazo:  
Fiat Automóveis S.A. 657.699 - - 95.491 726.635 1.479.825  
Iveco Latin América Ltda. - - - - 158.493 158.493  
Outras empresas do Grupo Fiat - - - - 8.003 8.003  
Total 657.699 - - 95.491 893.131 1.646.321

**30.06.12 30.06.11**  
**Sem vencimento Até 3 meses De 3 a 12 meses Acima de 12 meses Total 30.06.12**  
Depósitos a prazo:  
Fiat Automóveis S.A. 649.520 14.309 587.144 793.089 2.044.062  
Iveco Latin América Ltda. 53.779 8.651 53.779 53.779  
Fiat do Brasil S.A. 212 - 1.094 81 212,601  
Outras empresas do Grupo Fiat - - - 81 81  
Total 649.520 15.403 587.456 808.277 2.132.656  
Durante os meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, o Banco efetuou a aquisição, sem direito de regresso, junto a empresas ligadas de créditos comerciais. Os valores adquiridos pelo Banco, bem como o pagamento a título de recarga auferida sobre estas operações podem ser assim demonstrados:  
**30.06.12 30.06.11**  
Operações adquiridas\* 164.166 970 192.658 1.789  
Impostos a receber - Plano Real (Nota 17.b) - 3 110.409 1.789  
Outras empresas do Grupo Fiat 184.707 2.050 81,692 469  
Total (48.867) 3,023 384,759 3,766  
(\*) Refer-se ao total de operações adquiridas durante o semestre.  
(\*\*) Refer-se ao total de receitas apropriadas ao resultado durante o semestre.

**6. Resultado de Imposição de Renda e Contribuição Social às Taxas Nominiais Comparadas às Taxas Efetivas**  
**30.06.12 30.06.11**  
Recolhido antes da tributação sobre o lucro e participações 41.160 26.034  
Participações no lucro (599) (415)  
Resultado antes da tributação sobre o lucro 40.561 25.619  
Alíquota nominal 40% 40%  
Resultado de renda e contribuição social à alíquota nominal (16,224) (10,248)  
Efeitos das adições e exclusões permanentes no resultado:  
Benefício de redução de multa e juros - Anistia Lei nº 11.941/09 (\*) - 17.696  
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 17.b) - 128.175  
Ganhos de valor presente de caminhões e ônibus de fabricação nacional de curto prazo de aquisição, sem direito de regresso, de duplicatas com utilização de taxas de juros usualmente praticadas pelo mercado, onde não se constata a transação significante na liquidação pelos clientes das faturas cedidas e todo o risco é transferido ao Banco.  
Total 40.561 25.619

**7. Resultado de Imposição de Renda e Contribuição Social às Taxas Nominiais Comparadas às Taxas Efetivas**  
**30.06.12 30.06.11**  
Depósitos a prazo:  
Fiat Automóveis S.A. 657.699 - - 95.491 726.635 1.479.825  
Iveco Latin América Ltda. - - - - 158.493 158.493  
Outras empresas do Grupo Fiat - - - - 8.003 8.003  
Total 657.699 - - 95.491 893.131 1.646.321

**8. Resultado de Imposição de Renda e Contribuição Social às Taxas Nominiais Comparadas às Taxas Efetivas**  
**30.06.12 30.06.11**  
Depósitos a prazo:  
Fiat Automóveis S.A. 649.520 14.309 587.144 793.089 2.044.062  
Iveco Latin América Ltda. 53.779 8.651 53.779 53.779  
Fiat do Brasil S.A. 212 - 1.094 81 212,601  
Outras empresas do Grupo Fiat - - - 81 81  
Total 649.520 15.403 587.456 808.277 2.132.656  
Durante os meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, o Banco efetuou a aquisição, sem direito de regresso, junto a empresas ligadas de créditos comerciais. Os valores adquiridos pelo Banco, bem como o pagamento a título de recarga auferida sobre estas operações podem ser assim demonstrados:  
**30.06.12 30.06.11**  
Operações adquiridas\* 164.166 970 192.658 1.789  
Impostos a receber - Plano Real (Nota 17.b) - 3 110.409 1.789  
Outras empresas do Grupo Fiat 184.707 2.050 81,692 469  
Total (48.867) 3,023 384,759 3,766  
(\*) Refer-se ao total de operações adquiridas durante o semestre.  
(\*\*) Refer-se ao total de receitas apropriadas ao resultado durante o semestre.

**9. Resultado de Imposição de Renda e Contribuição Social às Taxas Nominiais Comparadas às Taxas Efetivas**  
**30.06.12 30.06.11**  
Recolhido antes da tributação sobre o lucro e participações 41.160 26.034  
Participações no lucro (599) (415)  
Resultado antes da tributação sobre o lucro 40.561 25.619  
Alíquota nominal 40% 40%  
Resultado de renda e contribuição social à alíquota nominal (16,224) (10,248)  
Efeitos das adições e exclusões permanentes no resultado:  
Benefício de redução de multa e juros - Anistia Lei nº 11.941/09 (\*) - 17.696  
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 17.b) - 128.175  
Ganhos de valor presente de caminhões e ônibus de fabricação nacional de curto prazo de aquisição, sem direito de regresso, de duplicatas com utilização de taxas de juros usualmente praticadas pelo mercado, onde não se constata a transação significante na liquidação pelos clientes das faturas cedidas e todo o risco é transferido ao Banco.  
Total 40.561 25.619

**10. Obrigações por Repasses do País**  
**2012**  
**Até 3 meses De 3 a 12 meses Acima de 12 meses Total 30.06.12**  
Operação pré-fixada 55.469 162.417 435.229 635.112  
Operação pós-fixada 41.704 120.886 369.698 532.288  
Circulante 97.173 283.303 804.927 1.185.404  
Exigível a longo prazo - - 804.927 804.927

**2011**  
**Até 3 meses De 3 a 12 meses Acima de 12 meses Total 30.06.11**  
Operação pré-fixada 49.333 149.581 531.233 750.147  
Operação pós-fixada 19.816 64.988 203.903 288.707  
Circulante 69.149 214.569 755.136 1.038.854  
Exigível a longo prazo 69.149 214.569 755.136 1.038.854

O Banco trabalha com os seguintes programas / linhas de financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social:  
• BNDES Pro-caminhão: linha de financiamento destinada a empresários individuais e micro empresas sob controle de capital nacional do segmento de transporte de cargas e transportadores autônomos e domiciliados no país. O percentual máximo de financiamento das operações é de 90% com prazo de carência para o principal de 3 ou 6 meses e com pagamentos trimestrais de juros na carência e prestações mensais com taxas de juros fixa de 7% ao ano ou taxa de juros variável atrelada a TJLP.  
• BNDES PSI: linha de financiamento destinada a pessoas jurídicas sob controle de capital nacional para aquisição de caminhões e ônibus de fabricação nacional. O percentual de financiamento para micro, pequenas e médias empresas é de 80% e 90% do valor do bem e para empresas de grande porte é de 70% a 90%, tendo prazo de carência para o principal de 3 ou 6 meses e com pagamentos trimestrais de juros na carência e prestações mensais com taxa de juros fixa de 10% ao ano;  
• BNDES Fime: linha de financiamento destinada para pessoas jurídicas sob o controle de capital nacional e para transportadores autônomos de cargas residentes de domiciliados no país para aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional credenciados no BNDES. Este programa possui prazo de carência para o principal de até 6 meses e com pagamentos trimestrais de juros na carência e prestações mensais de taxa de juros variável atrelada a TJLP.

**11. Principais Saldos e Transações com Partes Relacionadas**  
**30.06.12**  
**Fiat Iveco Latin Fiat do Grupo Fiat Outras empresas Pessol**  
**S.A. América Latina, Brasil S.A. do Grupo Fiat Administração Total**  
Ativo:  
Outros créditos - Diversos (Nota 7) 19.984 6.451 - 804 - 27.239  
19.984 6.451 - 804 - 27.23

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O índice da Basiléia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	Basiléia II	30.06.11
<b>Base de Cálculo</b>	<b>30.06.12</b>	<b>30.06.11</b>
Patrimônio líquido	468.968	409.364
(-) Ativos diferidos	(4.684)	(1.270)
(-) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos	(3.079)	(65)
(-) Excesso de crédito tributário em relação ao PR de Nível I	(10.828)	(36.142)
Patrimônio de referência nível I	450.378	371.887
(+) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos	3.079	65
Patrimônio de referência nível II	3.079	65
(a) Patrimônio de Referência total (nível I + nível II)	453.456	371.952
Alocação de Capital:		
Risco de crédito - PEPR	352.566	335.066
Risco operacional - POPR	20.031	16.340
(b) Patrimônio de Referência Exigido	372.597	351.406
(c) Risco de mercado - RBAN	681	2.997
Margem = a - (b+c)	80.178	17.549
Índice da Basiléia	13,36%	11,64%
<b>e) Limites de imobilização</b>		
<b>Base de Cálculo</b>	<b>30.06.12</b>	<b>30.06.11</b>
Patrimônio de Referência - PR	453.456	371.952
(a) Situação do imobilizado	3.998	2.948
(b) Limite para imobilização (50% PR)	226.728	185.976
Margem (b - a)	222.730	183.028
Índice de Imobilização em relação ao PR	0,88%	0,79%

**17. Impactos da Lei nº 11.941/09 e Efeitos do Processo "Plano Real" - Semestre findo em 30 de Junho de 2011**

**a) Impactos da Lei nº 11.941/09:**

Em 18 de setembro de 2009, o Banco protocolou na RFB - Receita Federal do Brasil e na PGNF - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a sua intenção em aderir ao programa de parcelamento de débitos federais regulamentado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Desde então, vinha recolhendo as parcelas mínimas estabelecidas no programa até que ocorresse a consolidação dos débitos por parte dos órgãos do Governo.

Em 04 de fevereiro de 2011, foi emitida a Portaria Conjunta PGNF/RFB nº 02 estabelecendo o cronograma de consolidação dos débitos federais, tendo o Banco até 30 de junho de 2011 para reconhecimento dos efeitos dessa consolidação, em conformidade com o referido cronograma. Nas modalidades de pagamentos disponíveis no programa da RFB, o Banco optou pelo prazo de parcelamento de 180 meses, porém, realizando o pagamento antecipado desse parcelamento, obtendo os benefícios econômicos da redução dos encargos.

Antes do reconhecimento contábil dos valores devidos pela consolidação da anistia, o Banco procedeu à reversão contábil das provisões para riscos fiscais correspondentes, conforme informado na nota explicativa nº 13.a. Em seguida, o Banco reconheceu os valores da consolidação bem como os efeitos dos benefícios da anistia além das reduções dos encargos de multa e juros pelo pagamento antecipado do parcelamento.

A seguir estão demonstrados os valores contabilizados na consolidação dos débitos bem como os benefícios e reduções auferidos da anistia e pelo pagamento antecipado do parcelamento.

	Valores dos benefícios e reduções	Valor do pagamento	Valor originalmente provisionado	Efeito no resultado
Principal (**)	30.314	30.314	2.139	(28.175)
Juros (**)	60.994	22.931	38.063	(11.570)
Multa (**)	21.362	21.308	54	21.214
Total	112.670	44.239	68.431	(18.531)

(\*) Registrado em contrapartida no resultado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", na linha de imposto diferido. Considerando que os valores efetivamente recolhidos referem-se ao principal de imposto de renda e contribuição social, o Banco efetuou a exclusão das bases de cálculo na apuração do imposto de renda e contribuição social correntes, apurando, dessa forma, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.1.

(\*\*) Registrado em contrapartida no resultado na rubrica "Outras receitas operacionais", conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.b

**Resumo dos valores dos impactos da Anistia Lei nº 11.941/09:**

	No resultado	Outras receitas operacionais (Nota 16.b)
Juros	-	(11.570)
Multa	-	21.214
Exclusão referente a valores dos benefícios e reduções (R\$44.239 x 40%)	17.696	-
Parcela do principal recolhida de imposto de renda e contribuição social, que não estava provisionada, sobre o processo	(28.175)	-
Dedução do montante da base do processo (R\$30.314), citado no item anterior, considerando o efeito do aumento da alíquota da contribuição social nos impostos correntes e diferidos	37.943	-
Total	27.464	9.644

**b) Impostos a recolher - Plano Real**

Em função de alterações no processo envolvendo o questionamento judicial relativo aos efeitos do expurgo inflacionário do Plano Real, no primeiro semestre de 2011, o Banco decidiu por desistir da ação, e efetuar o recolhimento dos valores pleiteados na Receita Federal do Brasil.

Em consequência disso, o Banco reverteu parte dos valores provisionados na rubrica "Expurgos inflacionários - Planos Real e Verão". Os valores revertidos no montante de R\$5.177, relativos a principal (R\$1.224) e juros e multa (R\$3.953) foram registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Imposto de renda e contribuição social" e "Outras despesas operacionais", respectivamente.

Por outro lado, o Banco reconheceu na rubrica "Impostos a recolher - Plano Real" os valores devidos conforme cálculos efetuados pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$14.819, em contrapartida no resultado nas rubricas "Imposto de renda e contribuição social", relativo ao principal de imposto de renda e da contribuição social no montante de R\$4.670 e "Outras despesas operacionais", relativo aos juros e multa no montante de R\$10.149.

A liquidação desse passivo se dará com a utilização de parte do saldo remanescente do depósito judicial, correspondente à parcela cabida ao Banco. Porém, em função da diferença de critérios na atualização monetária do referido depósito judicial, o Banco procedeu na reversão do montante de R\$5.020 de atualização monetária acumulada desde o exercício de 2002, registrando tal reversão no resultado na rubrica "Outras despesas operacionais".

**Resumo dos valores dos impactos do Plano Real:**

	No resultado	Outras receitas operacionais (Nota 16.c)
Reversão de provisão	1.224	3.953
Impostos a recolher (Nota 13.a)	(4.670)	(10.149)
Baixa depósito judicial	-	(5.020)
Total	(3.446)	(11.216)

**18. Gerenciamento de Riscos e de Capital Regulatório**

Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos e de capital adotadas pelo Banco. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Circular 3.477 (Gestão Riscos) e Resolução 3.988 (Gestão Capital) do Banco Central do Brasil, podem ser obtidas em nosso site na internet, no endereço [www.bancofidis.com.br](http://www.bancofidis.com.br).

**18.1 Gestão de Riscos**

**a) Risco Operacional**

O Banco, em atendimento às exigências da Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional, implementou, após a aprovação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê Especial vinculado diretamente à Presidência do Banco, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. Os relatórios de acompanhamento estão à disposição na sede do Banco.

**b) Risco de Mercado e de Liquidez**

O Banco, seguindo as normas contidas na Resolução 2.804 e Resolução 3.464 do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco. Esta gestão envolve os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Esta estrutura deve ainda monitorar o fluxo de caixa previsto do Banco, de forma a identificar e tratar preventivamente qualquer situação de possível falta de liquidez.

O Comitê de *Funding* tem entre suas atribuições o monitoramento dos riscos de mercado e de liquidez. Este comitê se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente, e delibera sobre os assuntos pertinentes à captação e aos riscos de mercado e de liquidez.

**c) Risco de crédito**

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco em atendimento à Resolução 3.721 do Conselho Monetário Nacional deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Banco.

O Comitê de Crédito e Risco é órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocação do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do *Chief Risk Officer* (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

**18.2 Gestão de Capital**

A Gestão de Capital é realizada pelo Banco, em conformidade com a Resolução 3.988 do Banco Central, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

O gerenciamento de capital é realizado de forma integrada, envolvendo as principais áreas impactantes do Banco. O controle do risco é a principal responsável por controlar e monitorar o capital e o Comitê de Funding é o principal responsável por controlar discussões acerca do gerenciamento de capital, fazendo cumprir a Política de Gestão de Capital.

A definição de metas e limites permite que o Banco realize o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos.

A política de Gestão de Capital bem como o Plano de Capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

CONTROLLER

RÔMULO SILVA GREGO  
CRC - MG - 47.342/O-4

CONTADOR

BRUNO CESAR MAGALHÃES CORREIA DE SÁ  
CRC - MG - 084.398/O-0

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exame e discussão dos Auditores Independentes, Ernst & Young Terco, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Semestral de Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativo aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 a serem submetidos à próxima Assembleia Geral Ordinária.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas do Banco Fidis S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fidis S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulga-

ções apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva:** O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas não impactam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no

parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fidis S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos:** Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2012, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado, mas está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. As demonstrações financeiras do Banco Fidis S.A. para o semestre findo em 30 de junho de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de agosto de 2011, que contém modificação decorrente da não reclassificação dos saldos de arrendamento mercantil, conforme mencionado neste relatório, na sessão "Base para conclusão com ressalva". Belo Horizonte, 14 de agosto de 2012.

**ERNST & YOUNG TERCO**

Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6 "F"-MG

Rogério Xavier Magalhães  
Contador CRC 1MG080613/O-1